

**XXIV ENCONTRO NACIONAL DO
CONPEDI - UFS**

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

CLERILEI APARECIDA BIER

EID BADR

JULIA MAURMANN XIMENES

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direitos sociais e políticas públicas[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS;
Coordenadores: Clerilei Aparecida Bier, Eid Badr, Julia Maurmann Ximenes – Florianópolis:
CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-053-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA: contribuições para os objetivos de desenvolvimento do Milênio.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Direito sociais. 3. Políticas públicas. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS (24. : 2015 : Aracaju, SE).

CDU: 34



XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresentação

O nosso trabalho consistiu em acolher por meio dos critérios de avaliação científica quinze estudos apresentados, do total de trinta e cinco, no Grupo de Trabalho de Direitos Sociais e Políticas Públicas do XXIV Encontro Nacional do CONPEDI, realizado na cidade de Aracaju SE. Admitidos à apresentação após escolha por avaliadores dentre diversos outros artigos submetidos, os estudos também passaram pelo crivo do mencionado Grupo de Trabalho, em intensos debates entre os autores, outros participantes do evento e os coordenadores deste livro. As questões fundamentais relativas aos direitos sociais e as correspondentes políticas públicas, como a normatização, judicialização e os deveres do Estado, nas suas diversas esferas de poder, aparecem fortemente vinculados naquelas reflexões, e, por conseguinte, nos estudos aqui organizados.

Com efeito, registramos o nosso agradecimento à Diretoria do CONPEDI e à Universidade Federal da Sergipe que possibilitaram as condições ideais para reflexão sobre os relevantes temas mencionados, que ora resultam na presente publicação com as mais relevantes conclusões sobre os debates e pesquisas realizadas.

A relevância dos eventos nacionais e suas correspondentes publicações, sem falar na sua experiência de internacionalização, confirmam o fato de que o CONPEDI se constitui no fórum mais importante da pós-graduação stricto sensu em Direito no Brasil.

A presente obra agrupa os artigos científicos apresentados em três eixos temáticos.

O primeiro eixo temático aglutina pesquisas que dialogam com questões mais conceituais sobre os direitos sociais, sua fundamentalidade, efetivação e seus desdobramentos em políticas públicas específicas. Assim, questões sobre a efetivação do direito ao trabalho digno, a responsabilidade dos gestores públicos, ações formativas e a situação de imigrantes no Brasil.

O segundo eixo temático aborda dois direitos sociais específicos: o direito à saúde e o direito à moradia. No primeiro predominam pesquisas sobre o papel do Poder Judiciário na sua efetivação, uma discussão que aborda ainda questões orçamentárias e de planejamento, e a

ponderação de princípios . No tocante à moradia, pesquisas sobre o lazer, função social da propriedade, e as possibilidades de efetivação do direito à moradia para populações de baixa renda, permeando ainda discussões sobre a municipalidade e políticas públicas habitacionais.

No último eixo temático, o direito à educação e à assistência social, bem como temas correlatos ao debate sobre a inclusão social. Assim, análises sobre os custos da efetivação do direito à educação, sobre políticas públicas específicas como PROUNI, educação ambiental e Programa Banda Larga. Importante salientar que o debate permeou o papel da qualidade da educação para a emancipação dos sujeitos de direitos e assim o exercício da plena cidadania. Neste sentido pesquisas sobre o papel das ações afirmativas e dos impactos do Estatuto da Igualdade Racial. E para finalizar, o debate sobre educação afirma a responsabilidade do Estado com a inclusão social, e neste sentido pesquisadores apresentaram reflexões sobre as políticas de assistência social.

Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC/CONPEDI

Prof. Dr. Eid Badr - UEA/ OAB/ CONPEDI

Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP/CONPEDI

A INTEGRAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DO AMAZONAS: AÇÕES FORMATIVAS, PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E INDICADORES DE DESEMPENHO

INTEGRATION IN THE AMAZON POLICE STATE: ACTIONS FORMATION, OPERATING PROCEDURES AND PERFORMANCE INDICATORS

**Elizabeth Cristina Brito Vale
Dorli João Carlos Marques**

Resumo

A experiência em curso de integração das forças policiais do Estado do Amazonas procura efetivar os princípios de policiamento preventivo, da repressão qualificada à violência e da conjugação da eficiência com direitos humanos e cidadania. O objetivo do estudo é descrever e discutir os resultados alcançados com essa integração, tendo por base os seguintes aspectos: 1) elaboração e utilização dos indicadores de desempenho; 2) elaboração e efetivação dos procedimentos operacionais padrão integrados; e 3) formação continuada integrada, comum às forças policiais estaduais. A abordagem adotada é a dedutiva e o método de procedimento utilizado foi o estudo de caso. Os dados foram levantados junto ao setor de estatística da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Amazonas e a análise pontual dos mesmos, visou aferir até que ponto os aspectos supramencionados têm possibilitado a efetivação daqueles princípios. As fontes bibliográficas utilizadas discutem as questões relativas à segurança pública, violência urbana, cidadania e direitos humanos. Os resultados levantados permitem concluir que, em decorrência dessa integração, do estabelecimento de indicadores de criminalidade, produtividade e custos operacionais pormenorizados, aliados a práticas formativas continuadas dos agentes públicos, tem sido possível melhorar os serviços de segurança prestados à coletividade, tornar os processos de gestão mais eficientes, qualificar melhor os sujeitos no enfrentamento das adversidades profissionais cotidianas.

Palavras-chave: Segurança pública, Integração de forças policiais, Gestão da segurança pública, Formação continuada de operadores da segurança pública

Abstract/Resumen/Résumé

Experience in the process of integration of Police Forces in Amazonas State seeks to enforce the principles of preventive policing, qualified repression of violence and the combination of efficiency with human rights and citizenship. The objective of the study is to describe and discuss the results achieved through this integration, based on the following aspects: 1) the development and use of performance indicators; 2) preparation and carrying out of integrated standard operating procedures; and 3) integrated, common continuing education to the state police forces. The approach is deductive and the procedure used method was the case study. The data were collected by the statistical sector of the Ministry of Public Security in Amazon and timely analysis of them, aimed at assessing the extent to which the above aspects have

enabled the realization of those principles. The used literature sources discuss the issues concerning public security, urban violence, citizenship and human rights. The results raised to the conclusion that, as a result of this integration, the establishment of crime indicators, productivity and detailed operating costs, coupled with continued training practices of public, has been possible to improve the security services provided to the community, make the processes of more efficient management, better qualify the subjects in facing daily professional adversity.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Public safety, Integration of police forces, Management of public security, Continuing education of public safety operators

1 INTRODUÇÃO

A segurança é um dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e valiosa por sua relação direta com a preservação da vida humana. A vulnerabilidade pessoal e/ou do patrimônio corresponde à principal motivação da aquisição recorrente de insumos (cercas elétricas, câmeras, alarmes, empresa de segurança privada etc.) que viabilizam a proteção individual, quando o indivíduo acredita que o Estado não a oferece satisfatoriamente. Por outro lado, os governos têm empregado volumosos investimentos financeiros no aumento de efetivo, aquisições de viaturas, armas de fogo, além da implantação de programas voltados para o estreitamento da relação polícia e comunidade, razão pela qual a expressão “segurança cidadã” esteja cotidianamente presente nas discussões sobre o tema.

De modo simplificado, a população deseja sentir-se e estar efetivamente segura. As polícias civil e militar têm por finalidade precípua a prevenção da violência e a elucidação eficiente dos crimes praticados. Vontades comuns e interligadas, mas que esbarram no distanciamento das ações, percebida com mais nitidez entre as duas forças policiais estaduais, do que propriamente dessas com os comunitários. Seja justificada pela delimitação das competências definidas constitucionalmente ou por atritos ocorridos no exercício do trabalho (ou fora dele), o Estado do Amazonas ainda vivenciou uma experiência única no país: a de ter a sua Polícia Civil extinta em 1989, mediante Lei nº 1.910 assinada por seu governador na época. Devido a inúmeros fatores, dentre os quais desgastes de natureza política e funcional, a Polícia Judiciária do Amazonas deu lugar a Superintendência Geral de Polícia Judiciária, no qual os cargos passaram a ter as designações: Intendente de Polícia Judiciária, Agente de Polícia Judiciária e Escreventes de Polícia (PONTES FILHO, 2012). Ainda que tenha sido restituída através da Lei nº 2.020 de 1991, foi o suficiente para gerar desentendimentos entre as polícias estaduais que fragilizaram a relação entre ambas. Ao considerar tais características peculiares, analisaremos as ações implementadas para promover uma maior articulação entre os operadores de segurança pública, desde a organização física das instituições policiais, metodologia de trabalho (policiamento) e o desempenho, o que perpassou inclusive por uma reorganização espacial, no qual a cidade de Manaus está dividida em 63 (sessenta e três) bairros distribuídos em 07 (sete) zonas (norte, sul, centro-sul, leste, oeste, centro-oeste e rural). O artigo pretende responder qual a efetividade alcançada com a implementação

dos seguintes instrumentos de integração policial postos em prática no Estado do Amazonas: ações formativas, procedimentos operacionais e indicadores de desempenho.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Programa Ronda no Bairro – Experiência do Amazonas

O Estado do Amazonas buscou elaborar sua própria estratégia de combate à violência e a criminalidade. Para se inspirar em uma prática exitosa, uma comitiva da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) foi até Fortaleza conhecer o Programa Ronda no Quarteirão. O modelo observado inspirou o piloto que seria desenvolvido em Manaus, quanto ao policiamento setorizado, uso de tecnologia embarcada na viatura e telefone para chamada direta. Mais do que os investimentos óbvios no aumento de efetivo, aquisição de materiais e equipamentos e capacitação, no Amazonas, houve um grande empenho em fortalecer a articulação entre as polícias civil e militar, mediante integração de ações estratégicas que passaram a repercutir resultados, a partir da cooperação mútua e alinhamento que foram além do impacto inicial da política de governo, mas que têm representado uma reestruturação organizacional do Sistema de Segurança Pública. Tal objetivo correspondeu à pedra fundamental do Programa Ronda no Bairro estabelecido em 2011 como uma política de segurança pública com foco no cidadão, aperfeiçoando a prevenção e a repressão qualificada nas condutas ofensivas à sociedade.

Para a implementação do Programa, fez-se necessário adotar algumas linhas de ação, tais como: compatibilização territorial de atuação, integração dos órgãos, modernização organizacional e tecnológica, construção e reforma de infraestrutura, reaparelhamento, interação, inclusão e capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de metodologia de policiamento comunitário, bem como outras ações estratégicas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Estado (SOARES JÚNIOR et al., 2013)

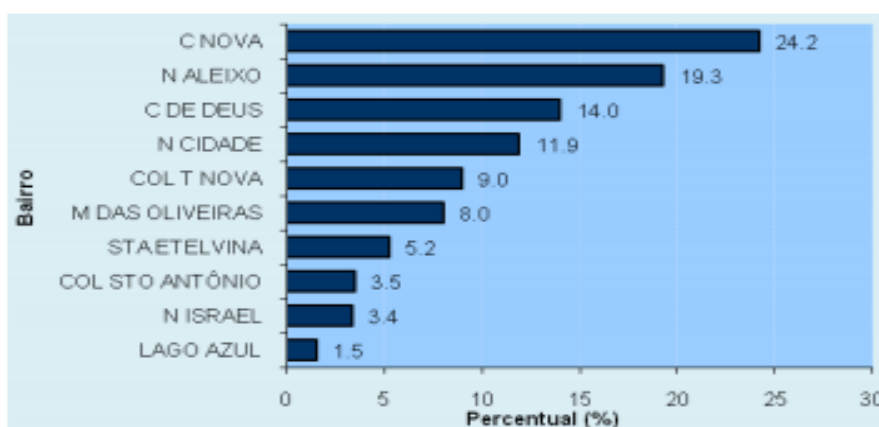
Polícia Comunitária se faz muito além da aproximação polícia X cidadão, é uma filosofia na qual se almeja a qualidade de vida da comunidade, muito distante de ser mero assistencialismo social, mas uma efetiva participação comunitária, onde se reúnem todos os segmentos da sociedade para o alcance da segurança efetiva e o bem estar social.

O art. 144 da Constituição Federal reforça e embasa juridicamente a necessidade dos órgãos do Sistema de Segurança Pública trabalharem em parceria com a sociedade,

quando determina: Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de **todos** [grifo nosso].

Inicialmente o programa foi lançado na Zona Norte de Manaus, estando atualmente implantado em 06 (seis) zonas geográficas (Norte, Leste, Centro-Sul, Centro-Oeste, Sul e Oeste), nos Distritos Integrados de Polícia (DIP), unidade policial onde coexistem no mesmo espaço físico a Companhia Interativa Comunitária (CICOM) e Delegacia de Polícia Civil (DP). A zona escolhida para lançamento do Programa possuía mais de meio milhão de habitantes (521 mil hab.), correspondendo à zona administrativa mais populosa da capital. Em 2012 a Zona Norte aumentou de seis para dez bairros, sendo que os dois bairros mais populosos: Cidade Nova e Novo Aleixo, possuem população acima de 100.000 habitantes, (NASCIMENTO, 2013) conforme representação gráfica:

Gráfico 01 – Distribuição proporcional da população, por bairro, Zona Norte, 2012



Fonte: Diagnóstico da criminalidade 2012 Estado do Amazonas

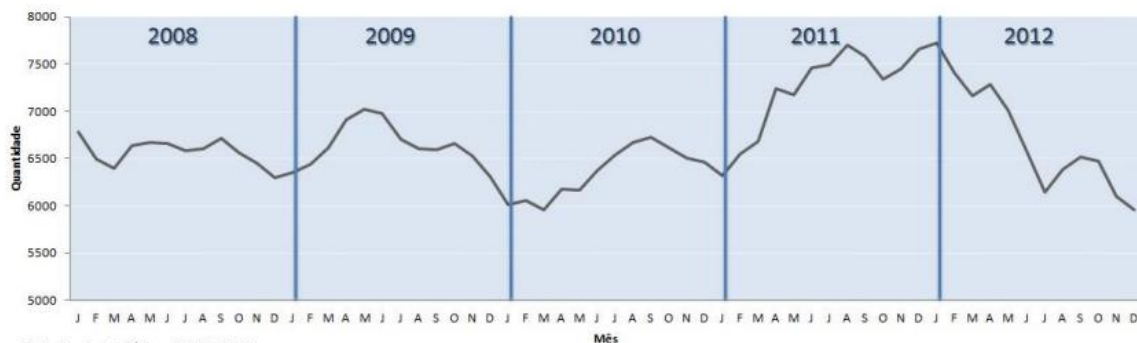
Para que se vislumbre melhor o quanto representa esse contingente populacional, estabelece-se um comparativo com todos os municípios do interior do Amazonas, no qual os dois bairros mencionados anteriormente possuem população extremamente superior, inclusive ao município de Parintins, segundo mais populoso do Estado (perde apenas para a capital) que, em 2012 apresentou número de habitantes equivalente a um único bairro da Zona Norte, o Novo Aleixo com 100.479 habitantes (NASCIMENTO, 2013). Além do grande quantitativo de pessoas beneficiadas, a incidência recorrente de ocorrências policiais pesaram para a escolha da localidade como a primeira a receber o Programa Ronda no Bairro. Com tais características, o gestor público tem sua responsabilidade aumentada:

Não há como negar que questões demográficas, como o crescimento populacional, não podem ser desconsideradas quando o objetivo é a promoção do bem-estar social. (...) Se o desperdício é ocasionado por perdas populacionais causadas por mortes plenamente evitáveis (...) os esforços devem ser redobrados a qualquer custo, tanto para o setor de saúde quanto para o setor de segurança pública (NASCIMENTO, Antonio Gelson de Oliveira. 2013, p.46-47).

Para que o alcance necessário pudesse ser atingido, foram ampliados o número de DIPs, alcançando a quantidade de 30, com estrutura predial nova, fruto de reforma ou construção (antes do Programa eram apenas 19 DIPs. O programa também avançou para o interior do Amazonas, estando presente em 10 (dez) municípios (quais sejam: Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Humaitá, Tabatinga, Tefé, Coari, Maués e Eirunepé). Em se tratando da metodologia de implantação, o território geográfico da cidade foi dividido em zonas e estas em setores, e numa célula menor, subsetores, os quais eram policiados inicialmente pelo mesmo grupo de policiais militares (18 policiais em cada um dos três turnos), existindo o policiamento em viaturas de duas rodas (motocicleta) e quatro rodas (automóvel), realizando o trabalho preventivo ostensivo (SOARES JÚNIOR et al., 2013).

O avanço do Programa ocupando todo território da capital, bem como o avanço do interior, coincidiu com recorrentes queixas da população sobre uma possível redução do policiamento na capital para suprir o avanço do Programa, uma vez que não foram realizados novos concursos públicos para as polícias estaduais, no qual a população sentiu que o “policiamento sumiu”, ou ainda, que hoje seja percebida uma concentração maior de atuação nas áreas comerciais. Nas delegacias, a Polícia Civil continuou realizando suas atividades repressivas, no qual se notou uma redução de ocorrências de infrações penais: homicídio doloso (tentado e consumado), roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal dolosa, violência doméstica, estupro, roubo e furto.

Gráfico 02 – Evolução do quantitativo de ocorrências de infrações penais, segundo os meses do ano, no período entre janeiro/2008 e dezembro/2012



Fonte: Diagnóstico da criminalidade 2012 Estado do Amazonas

Referente às infrações penais ocorridas entre 2008 a 2012, houve uma quase estabilidade entre os anos de 2008 e 2010, com quantitativo de ocorrências oscilando em torno de 6 e 7 mil infrações, até alcançar o seu ponto de máximo em (agosto e dezembro/2011) toda a série quinquenal no ano de 2011, alcançando um total de, aproximadamente, 8 mil registros. No ano de 2012, a partir de fevereiro ocorreu um declínio vertiginoso das infrações penais que evidenciaram uma redução dessas naturezas de crimes em Manaus no período (NASCIMENTO, 2013).

Seria de grande relevância para este trabalho que pudéssemos estabelecer um comparativo dos períodos subsequentes à implantação do Programa Ronda no Bairro, mas, ficamos limitados a analisar os dados de 2012, pois são os únicos disponíveis para acesso no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

Ainda que não se disponha de dados estatísticos para corroborar tal afirmativa, em reportagens divulgadas na imprensa local, relacionaram-se o aumento da população carcerária como decorrência das ações do Programa, não somente da população adulta, como de crianças e adolescentes no cometimento de atos infracionais. Notadamente, a cobertura dos dados criminais necessita avançar sobre a capital e os municípios do interior do Estado, para que se melhore a confiabilidade das informações, bem como possa subsidiar adequadamente a adoção de políticas de prevenção e combate à violência e o delito, bem como as produções científicas relacionadas ao tema.

3 POLÍCIA COMUNITÁRIA: ESTRATÉGIA DE PROXIMIDADE

Em diversos países no mundo, incluindo o Brasil, são investidos recursos financeiros para a concepção e disseminação da filosofia de Polícia Comunitária, presentes em políticas governamentais nas esferas federal e estadual. No Estado do Amazonas, tal

filosofia ganhou forma através da realização do Programa Ronda no Bairro, implementado no início de 2011, na Zona Norte da cidade de Manaus, que segundo levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) na época, possuía o maior índice de criminalidade. Em resposta, a SSP buscou estabelecer um programa com base na proximidade da polícia com a sociedade, de forma ampla, sistêmica, participativa, tendo como foco a prevenção e o cidadão. Tal perspectiva representa verdadeiramente um avanço para a população local, que passa a contar com uma Polícia que trabalha mais próxima e em parceria com a comunidade, estreitando-se o laço de confiança que deve uni-las.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p.4-5):

(...) polícia comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crimes, drogas, insegurança, desordens físicas e morais e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida local.

A Polícia Comunitária ganha cada vez mais força nos cenários de gestão em segurança pública, ocupando espaço nas decisões estratégicas, presente nos programas e planos de governos. A sociedade, policiais, pesquisadores, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e demais formadores de opinião demonstram simpatia com o tema, no qual adotou-se como critério para investimento de programas pelo Governo Federal, presente obrigatoriamente nos cursos de formação continuada na modalidade Educação à Distância (EAD) promovidos por ele, como percebido positivamente por instituições internacionais de financiamento, a exemplo do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e o aporte financeiro no Estado do Amazonas.

Em se tratando do policiamento comunitário, é praticamente o único pensamento, atitude e ação dos policiais e a única alternativa disponível para o gestor policial melhorar o relacionamento da Instituição com a sociedade (BRODEUR, 2002), devendo ser sedimentado nas instituições policiais como ocorrido nos Estados Unidos e em outros países. Destacando-se os países da América Latina, problemáticas conhecidas como a baixa autoestima e outros permeiam interna e externamente as forças policiais, decorrente boa parte em razão do histórico de envolvimento com a repressão nos regimes autoritários bem como, depois da transição para a democracia, a escalada de violência que destacaram América Latina nesse quesito.

A ideia de uma polícia orientada para a solução de problemas junto à comunidade e melhoria da qualidade de vida da população, praticada em outros países, ganhou força no Brasil a partir da década de 80, com a abertura democrática do país e com a Constituição Federal de 1988 (SOARES JÚNIOR et al., 2013). Segundo o autor, o cenário contemporâneo, o policiamento comunitário desponta como uma promissora alternativa para mudanças no cenário da segurança pública. Nessa perspectiva, polícias brasileiras e estrangeiras passaram a investir em programas com base nessa filosofia e estratégia, visando a recuperação da credibilidade institucional. Várias experiências foram implementadas, a exemplo das atividades com gangues juvenis em Medellín na Colômbia e outros países. No Brasil, foram implementados projetos na perspectiva de Polícia Comunitária, a saber: Viva Rio (RJ), Policiamento Interativo Comunitário (ES), Pacto pela Vida (PE), Ronda do Quarteirão (CE) e outros. Experiências que podem ser qualificadas de "comunitárias", são identificadas nas polícias de 14 (catorze) Estados: Espírito Santo, Pará, Paraná, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia.

4 ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR

4.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DE POLICIAIS

No âmbito do Governo Federal, a estrutura organizacional da Segurança Pública avançou no aspecto de formação continuada dos policiais. No Ministério da Justiça (MJ), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) tem planejado e coordenado as ações formativas de segurança, no qual destaca-se a modalidade de ensino à distância (EAD) no âmbito federal e a firmação de convênios para a realização de cursos nos estados. Com intuito de organizar essa dinâmica formativa, a SENASP estabeleceu uma matriz comum.

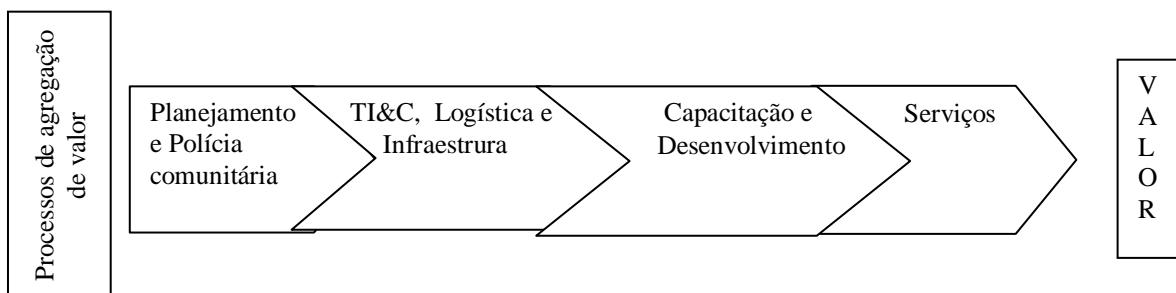
Elaborada em 2003, a Matriz Curricular Nacional (MCN) é uma referência teórico-metodológica que visa orientar o planejamento e avaliação das atividades formativas dos profissionais da área de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiro Militar). Sua utilização pretende fomentar orientações e reflexões pedagógicas e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade da Educação em Segurança Pública, além da melhoria da efetividade do desempenho profissional e institucional.

Segundo a SENASP, para a para consolidação entre as corporações policiais, foram realizadas oficinas pedagógicas no período de março de 2006 a fevereiro de 2007 com o objetivo de conhecer e analisar os currículos e projetos pedagógicos que são

desenvolvidos nas Academias e Centros de Formação, de modo a possibilitar o intercâmbio de experiências entre os estados de uma mesma região, apresentar o documento Matriz Curricular em Movimento e realizar dinâmicas sobre a interdisciplinaridade e a transversalidade com o tema Direitos Humanos.

O Programa Ronda no Bairro traz em seu bojo os “Parâmetros para Investimento em Formação Continuada”, cuja finalidade dos investimentos é melhorar a capacitação dos integrantes dos órgãos e instituições da cadeia de valor para a produção de Segurança Pública, a gestão e a operacionalização dos processos e atividades do Sistema de Segurança Pública do Amazonas. Desta forma, a centralidade dos esforços está na capacitação de toda cadeia de valor do Programa para a produção de Segurança Pública (Planejamento e Polícia Comunitária; TI&C, Logística e Infraestrutura; Capacitação e Desenvolvimento; e Serviços), que utiliza metodologias de ensino presencial e à distância (EAD), conforme esquema a seguir:

Fig. 1 - Cadeia de Valor do Programa Ronda no Bairro.



Fonte: Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro (SEARB)

De acordo com a Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro (SEARB), o planejamento da formação continuada consistirá em atividade realizada continuamente, a fim de satisfazer as necessidades regulares e eventuais decorrentes de problemas identificados, produzindo os efeitos de preparação de pessoal, manutenção de aprendizagem, correção e ajustes de atitudes, condutas e procedimentos. Anualmente será elaborado o projeto de formação do respectivo exercício, o qual será constituído observando-se os elementos pedagógicos: diagnóstico, justificativas, objetivos, metas, metodologia etc. Segundo a SEARB, o desenvolvimento da formação continuada não prescindirá a elaboração e apresentação prévia de projetos de curso, orientando-se pelos seguintes eixos:

- a) Eixos do Programa Ronda no Bairro

Fig. 2 e 3 – Eixos do Programa Ronda no Bairro e Eixos Metodológicos.



b) Eixos metodológicos

Eixos da formação continuada	Quatro Pilares da Educação	Conjunto de competências	Conteúdos
Legal	Aprender a pensar	Cognitivas Conhecimento	Conceituais
Técnico	Aprender a atuar	Operativas Habilidades	Procedimentais
Ético	Aprender a ser/conviver	Atitudinais Atitudes	Atitudinais

Fonte: Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro (SEARB)

A elaboração anual de um projeto de capacitação para o exercício vigente, assegurou que fossem realizados investimentos periódicos na formação continuada dos policiais participantes do Programa. A Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) realiza o destaque orçamentário ao Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) que faz a sua gestão quanto ao pagamento de recursos humanos, diárias, passagens e aquisição de materiais, no qual os treinamentos são realizados pelo Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP). A capacitação atende prioritariamente aos policiais civis, militares e bombeiros militares. Cursos realizados no interior abrangeram também guardas municipais, a pedido das próprias prefeituras, considerando que no interior o número de efetivo policial é reduzido, as guardas municipais muito têm colaborado com a segurança local, especialmente no que tange à organização do trânsito e proteção dos espaços públicos. Outro ponto a ser destacado foi o aperfeiçoamento da qualificação dos servidores da perícia técnico-científica da Polícia Civil, bem como as

parcerias estabelecidas junto ao Instituto Nacional de Pesquisa do Amazonas (INPA), Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) do Estado de São Paulo e Embaixada dos Estados Unidos da América, mediante cursos desenvolvidos em Manaus, ministrados pela agência *Federal Bureau of Investigation (FBI)* e *Miami Police Department (MPD)*.

Tabela 01: Quantitativo das ações de formação continuada integrada no período de 2012-2014

2012																			
CURSOS	PM	PC	BM	DETRAN	IESP	SSP	EB	PF	GM/AM	GM/RO	SUSAM	INPA	SEARP	SEAS	SEMED	SEMSA	SEJEL	PM/RO	TOTAL
Entomologia forense	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Identificação veicular	9	35	0	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	86
Investigação criminal de homicídios	0	58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58
Resolução de problemas	42	44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	86
Retrato falado	2	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Força tática	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50
Motorista de veículo de emergência	87	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	92
Ronda no bairro	550	243	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	793
Tiro policial na preservação da vida e aplicabilidade da lei	170	61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	231
	910	471	5	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1428

2013																			
CURSOS	PM	PC	BM	DETRAN	IESP	SSP	EB	PF	GM/AM	GM/RO	SUSAM	INPA	SEARP	SEAS	SEMED	SEMSA	SEJEL	PM/RO	TOTAL
Fotografia pericial	4	19	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
Gestão de projetos	6	9	0	0	5	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3	1	2	0	28
Investigação criminal de homicídios	2	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
Força tática	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	19
Ronda no bairro	180	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	189
Ronda no bairro - Interior	555	75	0	0	0	0	0	0	60	2	0	0	0	0	0	0	0	0	692
Motorista de veículo de emergência	21	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
Tráfico de pessoas	9	17	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28
	785	151	1	0	5	2	3	2	60	2	1	0	1	0	3	1	2	11	1030

2014																			
CURSOS	PM	PC	BM	DETRAN	IESP	SSP	EB	PF	GM/AM	GM/RO	SUSAM	INPA	SEARP	SEAS	SEMED	SEMSA	SEJEL	PM/RO	TOTAL
Ronda no bairro - Nível II	38	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63
Entrevista e interrogatório	3	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
Técnicas básicas de investigação criminal	6	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28

Investigação de assuntos internos/Corregedoria	14	14	2	2	2	2	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	58
Curso de formação de soldados - CFSD/Ronda no bairro	504	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	504
	565	89	2	2	2	2	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	684

TOTAL GERAL	2260	711	8	5	10	7	8	7	60	7	6	5	6	5	8	6	7	16	3142
--------------------	-------------	------------	----------	----------	-----------	----------	----------	----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-------------

Fonte: Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro (SEARB).

4.2 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO INTEGRADOS (POP)

Em março de 2013 deu-se início aos trabalhos de padronização dos procedimentos operacionais adotados pelas policiais estaduais no Amazonas. Para tanto, a Portaria nº 0229/2013-GS/SSP, de 16 de dezembro de 2013, constituiu a Comissão Integrada de Sistematização dos Procedimentos Operacionais das Polícias Civil e Militar do Estado do Amazonas (CISPO), composta por Oficiais da PMAM, Delegados, Perito Criminal e Investigador da PCAM, que passaram a discutir a sistematização dos procedimentos, tendo como embasamento o Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) da Polícia Militar do Amazonas, aprovado pelo alto-comando da corporação em 2010, mas que não foram totalmente efetivados junto ao efetivo policial militar. Nessa etapa identificou-se a necessidade de alinhamento com a legislação vigente, bem como à metodologia de policiamento comunitário adotado no Programa de Segurança Pública local. Foram utilizados como referência também os POPs das Polícias Militares de Goiás e Mato Grosso.

Ao longo de 09 (nove) meses a comissão esteve reunida, revisando os procedimentos, discutindo sua aplicabilidade, analisando a doutrina operacional e etc. Vale ressaltar que para os procedimentos específicos, foram convidados os profissionais que atuam em áreas especializadas, tais como: grupamento de bombas e artefatos, policiamento montado, violência contra a mulher, entre outros. O produto parcial da construção foi apresentado às Polícias Civil e Militar em reunião realizada no mês de dezembro de 2013, na sede do Ministério Público do Estado do Amazonas, onde o livro dos procedimentos operacionais integrados foi entregue ao Comandante-Geral da PMAM e Delegado Geral da PCAM, ocasião em que estiveram presentes os gestores do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Amazonas (SINPOL) e Associação dos Peritos Oficiais do Estado do Amazonas (APOEAM). Alguns dias depois, os procedimentos foram

submetidos à apreciação do efetivo geral das polícias, por meio do acesso pessoal ao Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e envio de sugestões e/ou críticas no e-mail expresso (institucional) indicado. Após algumas semanas, sugestões foram recebidas, inclusive do Sindicato dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Amazonas (SINDEPOL) e deliberadas pela Comissão. A versão final do livro passou ainda pela revisão do Diretor-Geral do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP), que também exercia a função de Presidente do Conselho Editorial da Secretaria de Estado de Segurança Pública, conforme a portaria nº0189/2014-GS/SSP, de 1º de outubro de 2014. A Portaria nº 025/2014-GS/SSP, publicada em 24 de fevereiro de 2014 instituiu a “Rotina de trabalho de segurança cidadã do Amazonas: procedimentos operacionais padrão integrados da PMAM e PCAM”. A Comissão do POP, juntamente com o IESP, elaborou uma proposta de capacitação prevista para 2015, onde os cursos abrangem as modalidades “operador” e “multiplicador”, esses últimos, responsáveis pelo estudo contínuo dos procedimentos no âmbito dos Distritos Integrados de Polícia (DIPs), na capital e interior do Estado por meio da utilização do Centro de Mídias da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), que tem alcance em todo interior, por meio das salas de transmissão.

O caráter permanente da Comissão se reafirma com o surgimento de novas demandas de discussão, por exemplo, motivado pela Ouvidoria da Secretaria de Estado de Segurança, iniciaram-se as reflexões acerca da elaboração de procedimento para atendimento de ocorrência de intolerância, além da elaboração de cartilha para o público interno (policial) com orientações, conceitos e procedimentos relacionados à atuação policial com o grupo LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, até então, tais discussões não haviam sido alcançados pelos procedimentos operacionais padrão das polícias estaduais no Amazonas.

A operacionalização dos Procedimentos Operacionais Padrão Integrados (POP) corresponde a uma das ações mais desafiadoras a serem realizadas no Sistema de Segurança Pública. O próprio estabelecimento de procedimentos operacionais significa imprimir o caráter técnico que a atividade policial exige, não podendo esquecer-se de preceitos essenciais como a segurança individual e coletiva, bem como a preservação dos direitos humanos. A qualificação do efetivo requer um treinamento sistemático e ininterrupto, onde o conteúdo do POP deve ser componente curricular dos cursos de formação continuada, como aqueles de formação inicial (conhecidos como academia de polícia). O treinamento deve, impreterivelmente, possuir caráter prático, no qual o policial

possa desempenhar as atividades de abordagem, busca pessoal, atendimento de ocorrência, apreensão, entre outros, sob o olhar atencioso de um instrutor policial experiente que realize correções. Atualmente, quando instaurada uma sindicância administrativa disciplinar no âmbito das instituições policiais ou quando um policial é convocado a prestar esclarecimentos em juízo, a autoridade responsável pelo ato certamente utiliza o POP para confrontar a atuação do operador de segurança, que corre um grande risco de não conhecer adequadamente os procedimentos os quais será cobrado. Importante ressaltar que a CISPO possui caráter permanente, portanto, gestores, policiais e demais interessados podem apresentar demandas para apreciação e encaminhamentos.

5 INDICADORES DE DESEMPENHO

Ainda sobre a articulação das ações, foi criada no âmbito do sistema de segurança pública a comissão integrada do processo de avaliação de desempenho das polícias civil e militar do estado do Amazonas (CISPAD). O trabalho inicial desse novo grupo foi o de discutir e propor indicadores que servissem de subsídio para a avaliação do desempenho das polícias estaduais. Essa tarefa corresponde, sem dúvida, a um dos principais desafios para as forças policiais estaduais, uma vez que correspondem à convergência de esforços, investimentos e ações para o alcance dos objetivos em comum – havendo a necessidade de maior articulação entre ambas para atingi-los. Mesmo que, em algum sentido pareça até uma tarefa natural, tal iniciativa está muito longe de ser fácil, como descreve o próprio instrumento que gere a sua implementação, intitulado “Bases Conceituais e Procedimentais da Avaliação de Desempenho das Áreas Integradas de Segurança Cidadã (AISCs) do Amazonas (2014):

Assim, um dos principais desafios que se impõe à gestão da segurança pública comprometida com resultados é a implementação de sistemas de mensuração, constituído de indicadores destinados às atividades de diagnóstico, monitoramento e avaliação das políticas de segurança, seus programas, ações e projetos. (JANUÁRIO et al., 2014, p.7).

Para institucionalizar o Sistema de Avaliação de Desempenho das Áreas Integradas de Segurança Cidadã (AISCs) – SISAD no Estado do Amazonas, a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, publicou a Portaria n.º 024/2014-GS/ SSP, publicado no D.O.E. de 24.02.2014, e constituído de indicadores de criminalidade, de produtividade e de custos operacionais das Polícias Civil e Militar do Estado. Para melhor compreender essa dinâmica, (JANUÁRIO et al., 2014) a Área Integrada de Segurança Cidadã (AISC) consiste em um “território definido”, coincidentemente com a Zona

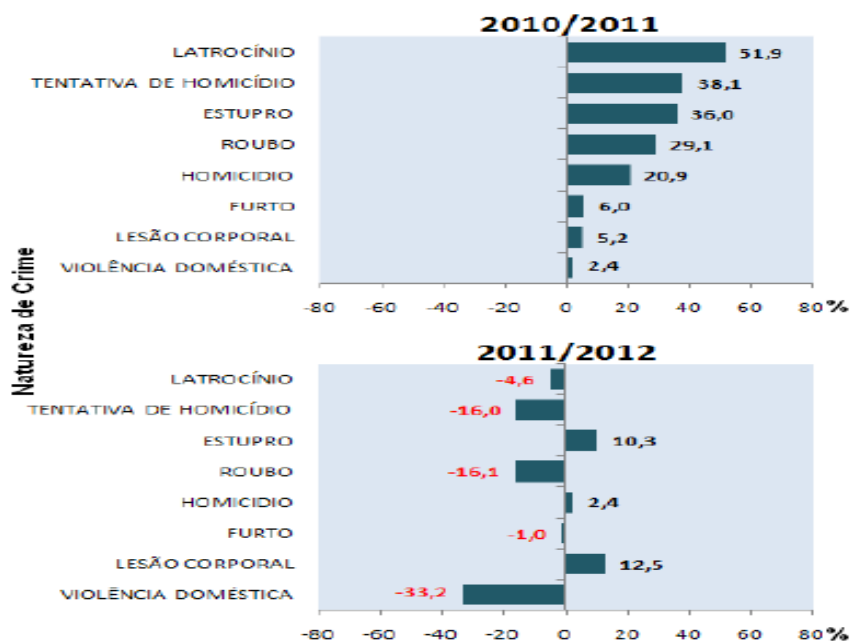
Administrativa, a saber: norte, sul, centro-sul, leste, oeste e centro-oeste, e no caso do interior do Estado, cada município corresponde a uma AISC. O modelo de gestão implementado e constantemente aperfeiçoado, envolve três níveis de planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação:

a) Estratégico – que se foca nas despesas (investimento e custeio) e impacto do Programa na criminalidade em todo o Estado, baseado no modelo de AISC;

b) Tático – voltado ao desempenho de cada AISC. O desempenho de cada AISC deve ser medido pelo: índice de criminalidade; custeio da segurança pública; e produção policial;

c) Operacional – que deve evidenciar o gerenciamento operacional de cada Distrito Integrado de Policiamento (DIP), de suas unidades policiais integradas – UPI (CICOM e DP) e dos seus módulos de policiamento interativo - MPI (exclusivo da PMAM e executor do policiamento de cada setor). Neste nível, deve-se evidenciar, em alguns aspectos, o desempenho policial individual. A fim de mensurar a redução da violência e dos delitos em cada AISC, destacam-se as variáveis: homicídios (tentado e consumado), roubos, furtos, latrocínio, lesão corporal (seguida de morte ou culposa de trânsito) e estupro (adultos e de vulneráveis).

Gráfico 03 – Variação relativa das Infrações Penais entre 2011/2012



Fonte dos dados básicos: INFOPOL/SISP//SSP/AM

Fonte: Diagnóstico da Criminalidade 2012 do Estado do Amazonas.

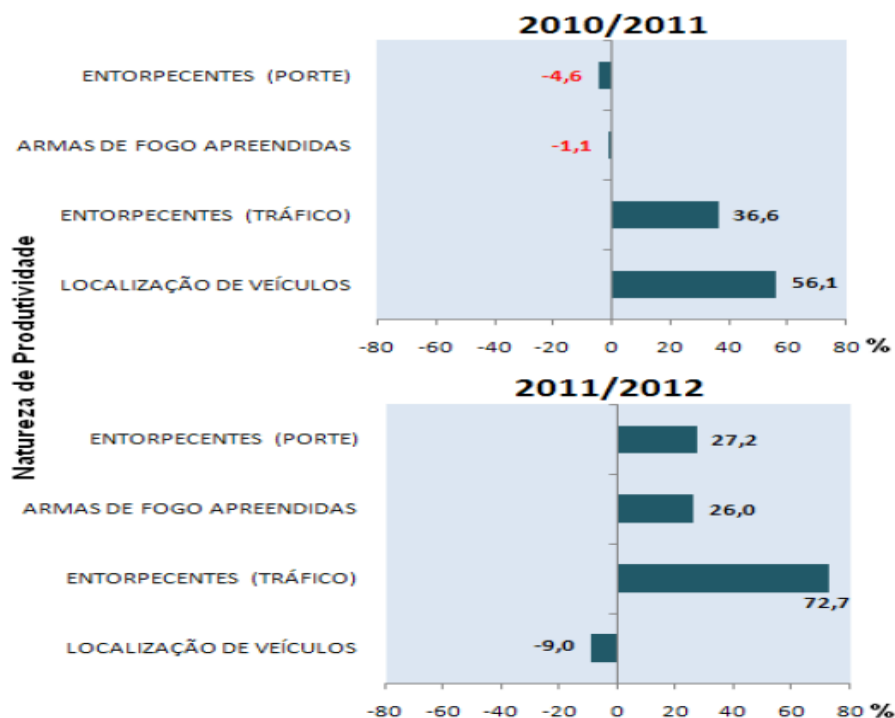
O crime de homicídio houve um aumento de 20,9% entre 2010 e 2011. Já no período subsequente (2011/2012) ocorreu uma desaceleração do crescimento que ao final de 2012 representou um aumento proporcional do número de ocorrências bem inferior (2,4%) àqueles alcançados anteriormente. Outra natureza criminal que apesar do crescimento vem desacelerando é o crime de estupro. Ao final de 2011 cresceu 36% em relação ao ano de 2010. Resultados mais animadores, embora ainda não satisfatórios, foram conseguidos em 2012 quando esse crescimento foi de 10% (NASCIMENTO, 2013).

Resultado bastante significativo foi obtido com a redução do roubo seguido de morte (latrocínio). Se entre 2010 e 2011 houve aumento considerável desse crime (52%), no biênio seguinte, 2011/2012, foi possível experimentar uma queda vertiginosa do latrocínio que implicou numa variação negativa de 5% na comparação com resultados alcançados entre 2010/2011 (NASCIMENTO, 2013).

Para a natureza lesão corporal os resultados mostraram que enquanto houve aumento de 5% entre 2010 e 2011, no biênio seguinte de 2011/2013 esse aumento elevou-se para 13%. Uma das razões mais prováveis é que essa variação possa ser explicada pelas ações do Programa Ronda no Bairro que intensificou maior presença da polícia nos bairros e, ocasionalmente, isso tem proporcionado maior confiança da população que, por conseguinte vem denunciando mais seus agressores (NASCIMENTO, 2013).

No que se refere à tentativa de homicídio, observou-se uma variação proporcional positiva de 38% entre 2010/2011. No biênio seguinte (2011/2012) houve uma queda significativa que ocasionou uma variação negativa de 16%. Também os furtos, houve no último biênio (2011/2012) houve uma variação negativa (1%), isto implica em redução do número de ocorrências já que entre 2010/2011 houve um aumento de 6%. Com relação à natureza roubo, observa-se que houve um aumento de 29% no ano de 2011 em relação a 2010, no entanto, ao se comparar os dados de 2012 com 2011, verifica-se redução de 16% (NASCIMENTO, 2013).

Gráfico 04 –Variação percentual dos registros de produtividade registrados em Manaus,



Fonte dos dados básicos: INFOPOL/SISP/SSP/AM

2010/2011, 2011/2012

Fonte: Diagnóstico da Criminalidade 2012 do Estado do Amazonas.

Em 2011, registrou-se menos 1% de apreensões de armas de fogo do que os registros em 2010. Já em 2012 foram apreendidas 26% mais armas de fogo do que em 2011 (NASCIMENTO, 2013).

Os veículos localizados/recuperados que em 2010/2011 alcançaram a cifra dos 56% não evoluíram positivamente, pelo contrário, em 2012 esse percentual foi de 9% a menos do que no ano de 2011.

Para a natureza entorpecentes (porte/posse/uso) verificou-se redução de 4,6% entre 2011 e 2010. Contudo, no ano de 2012 houve uma elevação desse percentual o que implicou numa maior produtividade (27%), quando comparado com o ano de 2011(NASCIMENTO, 2013).

Na natureza tráfico de entorpecente, destacam-se duas elevações consecutivas de produtividade na comparação entre 2011 com 2010 (37%), e entre 2012 e 2011 (73%).

3. CONCLUSÃO

A segurança pública tem sido assunto recorrente em diversas esferas da sociedade brasileira e mundial. Correspondendo a um aspecto da vida humana, sempre que abordada

atrai a atenção facilmente das pessoas que parecem verdadeiramente clamar do Poder Público a adoção de medidas que garantam efetivamente a proteção das pessoas, e de seus patrimônios.

Buscando alcançar resultados positivos na segurança, diversos projetos têm sido implementados, com foco na participação cidadã na garantia do bem-comum, as instituições policiais recorrentemente imprimem ações de proximidade com a população e ocupação dos territórios, sobretudo, com o rótulo de polícia comunitária.

No Amazonas, o Estado buscou avaliar práticas consideradas exitosas em outras localidades (Estados, inclusive países), e, realizando algumas adaptações, lançou seu próprio programa de policiamento. Em dois anos de existência, a nova metodologia de trabalho já havia alcançado toda a capital e alguns dos principais municípios do interior.

Os resultados iniciais confirmaram a necessidade de buscar maior articulação entre as ações desenvolvidas pelas policiais civil e militar, o que resultou na elaboração de novos (e audaciosos) projetos.

Destacam-se nesse artigo, a formação continuada – que abrange os cursos de capacitação ofertados após o ingresso nas corporações (chamadas formação inicial e/ou academia de polícia); a elaboração dos procedimentos operacionais padrão integrados, consistindo no primeiro manual que se tem notícia no Brasil a reunir em um único documento os procedimentos comuns às policiais estaduais, bem como os específicos de cada uma delas (a própria separação na organização do trabalho reflete em parte o distanciamento na atuação das forças); e o sistema de avaliação de desempenho, que permite o conhecimento dos resultados obtidos em um limite mais pontual: DIP, AISC, cidade, etc.

Todas as ações aqui mencionadas são recentes, no qual estão sendo colhidos os resultados iniciais, mas não são os resultados, propriamente ditos, a chamarem a atenção para a discussão nesse trabalho, mas, as iniciativas em si, a percepção de maior organização dos trabalhos ora apresentados como verdadeiros desafios para a Segurança Pública. Reunir em uma mesma sala de aula, sala de reuniões e localização predial, duas instituições tão distintas, que em alguns momentos históricos chegaram até mesmo a estabelecer confrontos diretos, consiste em uma das belezas de cada ação em desenvolvimento: o reconhecimento da necessidade do outro, a capacidade de cooperação mútua, a economia e melhor aproveitamento dos recursos (humanos e materiais) trazem à tona a necessidade do verdadeiro gerenciamento da segurança.

O trilhar desse caminho tem repercutido no enfrentamento de fortes obstáculos, como por exemplo, o despir-se de vaidades, o abandono da postura de disputa, e algumas vezes, a falta de apoio da própria gestão estatal.

A trajetória tem sido tortuosa em alguns aspectos, mas, ainda assim melhor do que viver incidindo em velhos erros, ou nas formas arcaicas de atuação da segurança, que quase nada mais estava fazendo pela sociedade amazonense, como aos operadores de segurança, igualmente cidadãos e braço armado legítimo do Estado, personificando em si próprio esse paradoxo social. Será de grande relevância científica acompanhar o desenrolar dessas iniciativas, seus resultados e o desdobramento em novas ações.

4. REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Parâmetros para investimentos na formação continuada.** Programa Ronda no Bairro. Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2013.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas.** (Série **Polícia e Sociedade.** vol. 4). São Paulo: Edusp, 2002.

CONGRESSO NACIONAL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. (DF), 1.987.

JANUÁRIO, Jatniel Rodrigues [et al]. **Bases conceituais e procedimentais da avaliação de desempenho das áreas integradas de segurança cidadã (AISCs) do Amazonas.** Manaus: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – Versão Modificada e Ampliada.** Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2008.

NASCIMENTO, Antonio Gelson de Oliveira [Organizador]. **Diagnóstico da criminalidade 2012: Estado do Amazonas. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas – SSP/AM;** Comissão de Análise da Criminalidade – Manaus: Secretaria de Segurança Pública, 2013.

PONTES FILHO, Raimundo P. **História concisa da Polícia Civil no Amazonas.** Manaus, 2012.

SOARES JÚNIOR, Amadeu da Silva [et al]. **Ronda no Bairro: implementação e gerenciamento do policiamento comunitário** – Manaus: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2013.

_____. **Rotina de trabalho da segurança cidadã no Amazonas: procedimentos operacionais padrão integrados da PMAM e PCAM/** Secretaria de Estado de Segurança Pública – Manaus, 2014.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: como começar.** Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.